

# As diferentes visões de mundo dentro do G20

*Brasil encerra período na presidência de um grupo dividido entre desenvolvidos e em desenvolvimento*

Por [Vivian Oswald](#)

*Valor, 14/11/2024*

O mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento enxergam o G20 de maneiras diferentes, e a cúpula de chefes de Estado que marcará o fim da presidência brasileira do grupo, na semana que vem no Rio, ocorrerá sob a sombra de uma eleição que deve acentuar tais divergências. Donald Trump, que assumirá o governo dos Estados Unidos em janeiro, já deixou claro ser contra várias das propostas atreladas ao “Chamado à Ação sobre a Reforma da Governança Global” que os países-membros assinaram na reunião de chanceleres em setembro.

O Brasil alimenta a narrativa dos países em desenvolvimento de que o G20 é instância para dar voz aos emergentes e pensar o mundo de forma plural. Já as nações desenvolvidas apostam na ideia de que reunir os emergentes é importante para fazer reverberar regras e visões criadas por eles para conduzir o planeta. Isso explica muito dos entraves dentro do bloco. “Há muitos interesses e demandas diferentes lá dentro. Às vezes, vemos o Brasil isolado, ou apoiado apenas pela Índia. Mas este é sem dúvida o melhor fórum. E tem avançado”, afirma um diplomata que cuida das negociações.

Para além do médio e longo prazo, o Brasil tem uma preocupação mais imediata. E não é com os EUA de Trump, ou ainda, com países que costumam ser difíceis neste tipo de negociação. A Argentina cria um elemento extravagante nos momentos finais do G20 no Brasil. “Recebemos sinais muito contraditórios de Buenos Aires. Participaram de maneira tímida. Não incomodaram. Agora querem chamar atenção para seu público interno”, afirmou uma negociadora.

Desde que as declarações ministeriais dos grupos de trabalho foram destravadas em julho, só duas não tiveram consenso: a de empoderamento feminino e a de cultura. Em ambos os casos por desacordo dos argentinos, sem maiores explicações. “Não estamos falando de novas ideias de políticas públicas, econômicas. Mas de pauta de costumes”, disse uma negociadora do Ministério das Mulheres. Para fechar o comunicado final, é preciso que todos aceitem o texto.

Nascido em 1999 por pressão dos sete países mais ricos do mundo para dirimir a crise asiática do ano anterior, o fórum começou como plataforma de coordenação de ministros econômicos e presidentes de bancos centrais. Ganhou novo status e passou a reunir chefes de Estado e de governo em 2008, após a crise financeira global, também por pressão das nações desenvolvidas, sobretudo dos Estados Unidos, que, além de quererem mais interlocução com a Ásia, perceberam que uma solução para a economia global precisava envolver os atores de maior peso no planeta.

“O raciocínio do G7 é de que ‘as nossas regras’, ‘nossa ideia de formação de sistema financeiro’ não estão chegando aonde deveriam. Essa é uma ideia que vemos em autores como Andreas Freytag”, destaca Catherine Rebouças Mota, colaboradora do projeto de extensão G20 da Fundação Getúlio Vargas. A visão dos países menos desenvolvidos, segundo ela, é que eles ganham voz na construção dessas regras. “Você vê essa tentativa de simplesmente descentralizar a organização e implementar as regras do sistema financeiro internacional. Existe esse contrabalanço de interesses opostos, com um mesmo objetivo de coordenação, visando a uma certa estabilidade financeira internacional”, afirma ela.

É essa a linha por trás da ideia brasileira do “Chamado à Ação” aberto a todas as nações da ONU, que teve por objetivo dar ainda mais legitimidade ao pedido de reformas. Afinal, até o grupo dos 20 pode ser visto como restrito. Não contempla, por exemplo, os emergentes que a Organização Mundial de Comércio (OMC) chama de “novos globalizadores” em seu relatório anual, publicado em agosto: Camboja, Etiópia, Peru, Polônia, Catar e Uganda.

O professor de política econômica global da London School of Economics Robert Wade lembra que o G20 é menos diverso do que parece. No total, além da UE, são oito países desenvolvidos, entre os quais quatro europeus (já representados na UE), e onze países em desenvolvimento. Dar a eles uma maioria aparente, diz, já foi tentativa de ganhar legitimidade, afastando-se do modelo-padrão de governança global do pós-Segunda Guerra, em que as preferências dos países desenvolvidos definiam a agenda. “O grupo original é o mais coeso e colaborativo dentro do G20, mas não utiliza necessariamente a sua concertação para torná-lo um sucesso”, destaca.

Na cúpula da semana que vem, a presidência do G20 passa para a África do Sul, o quarto emergente consecutivo a comandar o bloco, antes de o bastão ser passado em 2026 para os Estados Unidos, que estarão sob o comando de Trump. O republicano já deu provas de que não acredita no multilateralismo. Por mais essa razão, o governo brasileiro vê no atual momento do G20 oportunidade de projetar-se externa e internamente.

Em artigo recente, o professor Andrew Cooper, da Balsillie School of International Affairs da Universidade de Waterloo em Ontário, no Canadá, disse que “o Brasil apostou alto, desempenhando o papel de anfitrião na defesa das prioridades nacionais por meio do G20”.

Às vésperas de o país assumir também a presidência dos Brics e da COP30, cuja sede será Belém, no Pará, o presidente Lula quer mostrar que o “Brasil está de volta”, como defendera em discurso na COP27, em Sharm-al-Sheikh, no Egito, logo depois de eleito para seu terceiro mandato.

O G20 funciona sob o sistema de troika, a partir do qual a presidência da vez trabalha de maneira coordenada com a anterior e a seguinte. “Sob a presidência da Índia [2023] foi a primeira vez que a troika era de países do Sul Global: Indonésia-Índia-Brasil. Agora, são Índia-Brasil-África do Sul. Este período de quatro anos foi aclamado em alguns círculos como a ‘sulização’ do G20, em que os líderes dos países em desenvolvimento [finalmente] colaboram para definir a agenda de discussão com os países desenvolvidos”, destaca Wade.

Para Andrew Baker, especialista em relações internacionais da Universidade de Sheffield, no Reino Unido, se o G20 não existisse, provavelmente teria de ser inventado. “Como escrevi em vários lugares (e numa vida anterior), é sem dúvida o principal fórum mundial”, diz. “Tem poderes genuínos e distintos que moldam a ordem global: de iniciação (definição da agenda), de veto e de endosso. Tem também um poder de recursos e influência de peso (porque são países significativos à volta da mesa ao mesmo tempo). Agora, se você estivesse começando do zero, você projetaria o G20 como ele é atualmente e teria seus membros atuais? Provavelmente não”, pondera.

Para Baker, o grupo é muito grande e pesado. E essa tem sido a opinião cada vez mais verbalizada por especialistas do mundo inteiro. “A realidade é que é muito mais fácil adicionar do que retirar. Fazer com que os países deixem os clubes é difícil, por isso é preciso ter o melhor ajuste, em vez da perfeição”, ressalta Baker. “O G20 pode evoluir um pouco, mas eu ficaria muito surpreso se fosse restringido ou se acabasse.”

Wade acha que a imagem que o grupo tenta reafirmar - de que a nova ordem mundial multipolar está baseada em mais cooperação - parece desconectada da realidade. “E o relacionamento entre os governos dos Estados Unidos e da UE, de um lado, e dos países em desenvolvimento, do outro, se erodiu de maneira substantiva.” Ele lembra o que chamou de “apartheid das vacinas”, quando, no auge da pandemia da covid, em 2021, o Ocidente comprou muito mais antígenos do que poderia usar, enquanto boa parte do mundo ficou sem. “História semelhante se vê nas falas contínuas do Ocidente sobre como as economias em desenvolvimento devem avançar para ‘zero carbono’, ao mesmo tempo que prestam pouca assistência financeira ou tecnológica para o crescimento verde”, destaca. Este, por sinal, é tema prioritário deste G20.

Há um outro aspecto que explica boa parte do dissenso, segundo o professor da LSE: “Na primeira Guerra Fria, ‘segurança’ e ‘economia’ eram esferas bastante separadas e o intercâmbio econômico entre o Ocidente e a União Soviética era muito pequeno. Hoje, na segunda Guerra Fria, entre os EUA e alguns dos seus aliados e a China, os dois lados estão ligados por uma densa interdependência econômica, e as questões de segurança impregnam grande parte da economia. Tornaram-se corriqueiras expressões com ‘usar como arma moeda, comércio e tecnologia’”.

O comunicado final na Índia, segundo Wade, ocultou divergências, ao dizer que a função do G20 não era ser “plataforma para resolver questões geopolíticas e de segurança”, ao mesmo tempo em que afirmava rejeitar “o uso da força para invasão territorial contra a soberania ou independência política de qualquer Estado [] e o uso ou ameaça de uso de armas nucleares”. Para ele, ajudou o fato de o russo Putin e o chinês Xi Jinping estarem ausentes da cúpula de Nova Déli. “Poucos líderes faltaram às cúpulas na história do G20, e a ausência desses dois em 2022 foi outro sinal do enfraquecimento do grupo”, afirma o professor.

O relatório da OMC, um dos organismos para os quais o G20 pede reformas, confirma as mudanças da ordem mundial. Com o sugestivo título “Comércio e inclusão: como fazer o comércio funcionar para todos”, abraça o palavreado do G20, enquanto busca um papel nele. Segundo o documento, na década de 1980, França, Japão, Reino Unido, Estados Unidos e outras economias desenvolvidas representavam mais de 60% do PIB mundial, enquanto as economias em

desenvolvimento, menos de 40% do PIB. Hoje, Brasil, China, Indonésia e outros países em desenvolvimento respondem por quase 60% do PIB mundial. Os desenvolvidos, pouco mais de 40%.

Em 1820, a Grã-Bretanha, economia mais rica do mundo, tinha uma renda per capita cerca de cinco vezes maior do que o Nepal, a mais pobre à época. A Revolução Industrial propiciou uma onda sem precedentes de crescimento econômico e progresso tecnológico. Os primeiros países industrializados dispararam na frente do resto do mundo durante o século XIX e a primeira metade do século XX.

O rápido crescimento do “Ocidente” mais avançado, que representava apenas 15% da população mundial, e o crescimento lento ou inexistente no resto do mundo, que representava 85% da humanidade, foi chamado de “Grande Divergência”, porque gerou disparidades imensas no desenvolvimento, padrão de vida e poder econômico em todo o mundo. Em 1980, os Estados Unidos, a economia mais rica da vez, tinha renda per capita cem vezes maior do que as economias mais pobres em partes da Ásia e da África. Em 1953, a Coreia do Sul tinha um PIB per capita, ajustado pela inflação, de US\$ 67, tornando-o um dos países mais pobres do mundo; em 2023, o valor estava em US\$ 34 mil, aproximadamente o mesmo que o da União Europeia.

Para Gala Díaz Langou, diretora-executiva do Centro de Implementação de Políticas Públicas para a Equidade e Crescimento (Cippec), um dos think tanks mais influentes da Argentina, o G20 não é tão representativo como a ONU, porém é pequeno e mais ágil. “Tem objetivo diferente, porque busca ser espaço de negociação não vinculante, de encontro voluntário entre os países num momento que se vê a reformulação do equilíbrio de poder em nível global.”